



**ATA DA QUINQUAGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA PRIMEIRA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois, às nove horas e dois minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a Presidência do deputado Paulo Corrêa e secretariada pelos deputados Zé Teixeira e Herculano Borges, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária mista.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Solicito ao segundo-secretário, deputado Herculano Borges, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Herculano Borges - Republicanos) — Bom dia, senhor presidente, deputado Paulo Duarte e demais deputados que estão participando de forma remota. Leitura da ata. *"Ata da Quinquagésima Quarta Sessão Ordinária da Quarta Sessão Legislativa da Décima Primeira Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos vinte e três dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois, às nove horas e vinte e sete minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do deputado Marcio Fernandes e secretariada pelos deputados Zé Teixeira e Professor Rinaldo, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária mista. **PEQUENO EXPEDIENTE** - Lida e aprovada a Ata de número Sessenta da Quinquagésima Terceira Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Mensagem nº 38/2022, do Poder Executivo; Ofício nº 534 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ofícios nºs 91 a 93/2022, da senadora Simone Tebet. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** – Não houve oradores inscritos. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Lucas de Lima, Mara Caseiro, Zé Teixeira, Pedro Kemp. **GRANDE EXPEDIENTE** – Não houve oradores inscritos. **ORDEM DO DIA** – Foi aprovado, em discussão única e votação nominal on-line, o Projeto de Lei nº 139/2022, de autoria do deputado Evander Vendramini. Foram aprovadas, em primeira discussão e votação nominal on-line, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 122/2022, de autoria do deputado Professor Rinaldo; Projeto de Lei nº 141/2022, de autoria do deputado Evander Vendramini. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria da Casa, endereçada aos familiares de Mariza Trindade; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Professor Rinaldo, endereçada aos familiares de Nelson Dias Gomes; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Herculano Borges, endereçada aos familiares de Rosângela Andreatta de Castro; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada aos familiares de Luiz Henrique Santos Krawiec; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Amarildo Cruz, endereçada aos servidores do Posto Fiscal de Jupia que, em 05 de fevereiro de 2022, impediram a evasão de recursos do Estado de Mato Grosso do Sul; requerimento, de autoria do deputado Paulo Corrêa, solicitando os serviços de cobertura pela TV Assembleia e cerimonial da Casa, no dia 18 de agosto de 2022, a partir das 08h30min, no auditório do Bioparque Pantanal; requerimento de informações, de autoria do deputado Amarildo Cruz; indicações, de autoria dos deputados Lucas de Lima, Paulo Corrêa, Jamilson Name, Renato Câmara, Mara Caseiro, Zé Teixeira e Marçal Filho. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Usaram da palavra os deputados Barbosinha e Professor Rinaldo. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a*



presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, vinte e três de junho do ano de dois mil e vinte e dois". Foi lida a ata, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Solicito ao primeiro-secretário, deputado Zé Teixeira, que proceda à leitura do expediente da sessão do dia 28 de junho de 2022.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Zé Teixeira - PSDB) — Bom dia, senhor presidente e senhores deputados. Expediente da Sessão Ordinária do dia 28 de junho de 2022: Ofício nº 285/2022, da Defensoria Pública-Geral de Mato Grosso do Sul, encaminhando nota técnica sobre o Projeto de Lei nº 146/2022 (Prot. nº 25.986/2022); Ofício nº 870/2022, do governo do estado de Mato Grosso do Sul, respondendo ao requerimento do deputado Amarildo Cruz (Prot. nº 25.965/2022); E-mails da Energisa, respondendo às indicações dos deputados Renato Câmara, Coronel David e Neno Razuk (Prot. nºs 25.959, 25.958, 25.957/2022). Foi lido o expediente, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Herculano Borges.

DEPUTADO HERCULANO BORGES (Republicanos) — Presidente, eu não poderia deixar de registrar uma moção de congratulação encaminhada ao professor Roger Augusto Ziemann, vice-presidente da Federação de Judô do Estado de Mato Grosso do Sul, pela realização de organização da 21ª Copa Judô Para Todos, realizada nos dias 17 e 18 de junho, na cidade de Maracajú. Essa é uma das competições mais tradicionais do judô no Estado de Mato Grosso do Sul. O mesmo encaminhamento ao amigo vereador Robert Gustavo Ziemann, presidente da Câmara Municipal de Maracajú, pela excelente contribuição na realização e organização da 21ª Copa Judô Para Todos, realizada nos dias 17 e 18 de junho, em Maracajú. O vereador Robert e o sensei Roger fazem um trabalho social muito importante no judô e também em outras modalidades, ajudando na inclusão social através do esporte. Parabéns a esses grandes incentivadores dessa competição que é uma das mais tradicionais do Mato Grosso do Sul. Por último, uma moção de congratulação encaminhada ao judoca Alessandro Ramos Barbosa, da Associação dos Moradores da Maria Aparecida Pedrossian (Amap), Mifune, extensiva ao sensei Rodrigo Aracuri, chefe da delegação, e ao seu auxiliar, faixa marrom, Sandro Luiz Ramos Barbosa, pela conquista do terceiro lugar da categoria sub-21 sessenta quilos, na 21ª Copa Judô para Todos, realizada nos dias 17 e 18 de junho, em Maracajú. O mesmo encaminhamento ao judoca Herms, da Amap, Mifune, extensiva ao sensei Rodrigo Aracuri e ao Sandro Luis Ramos, pela conquista do segundo lugar na categoria sub-15 setenta e três quilos. E, por último, ao judoca Sidney Ramos Barbosa, da Associação de Moradores da Maria Aparecida Pedrossian, que fazem parte desse projeto social. Quero cumprimentar o sensei Rodrigo Aracuri, que é um parceiro da comunidade do bairro Maria Aparecida Pedrossian; o professor Jânio e todos os envolvidos que dão



oportunidade de crescimento para que esses jovens da região possam praticar esporte de forma gratuita. Era só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos senhores deputados (*Duas indicações, dois requerimentos e uma moção de pesar, de autoria do deputado Amarildo Cruz. Requeiro à Mesa Diretora, conforme disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Tribunal de Contas do estado de Mato Grosso do Sul, na pessoa do presidente, conselheiro Iran Coelho das Neves, para que o Edital nº 01/2022/01, do concurso público de provas e títulos para provimento no cargo de procurador de contas substituto do Ministério Público, junto ao Tribunal de Contas do estado, seja retificado e passe a contar com reserva de vagas para negros autodeclarados pretos e pardos, conforme Lei nº 3.594, de 10 de dezembro de 2008 (Prot. nº 02345/2022). Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à bancada federal de Mato Grosso do Sul, solicitando intervenção junto ao governo federal para garantir o prosseguimento dos processos de demarcação dos territórios indígenas em Mato Grosso do Sul, que se arrastam há décadas (Prot. nº 02342/2022). Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado de Mato Grosso do Sul, senhor Reinaldo Azambuja, com cópia autônoma ao secretário de estado de Segurança Pública. I - apuração do conflito ocorrido em Amambai; II - realização de perícia em vídeo que circula na internet, registrando possível execução de um indígena; III - apuração de denúncia de execução contra indígenas; IV - havia autorização judicial para efetivação da ação em questão? V - se afirmativo, enviar cópia da autorização; VI - sob qual justificativa foi utilizado o contingente policial? (Prot. nº 02347/2022). Requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de pesar aos familiares e amigos do senhor Arnaldo Britto de Moura (Prot. nº 02343/2022). Requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de pesar aos familiares e amigos do senhor Ivécio Fernandes dos Santos (Prot. nº 02344/2022). Sete indicações, de autoria do deputado Antonio Vaz. Indico à Mesa, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo à prefeita de Campo Grande, Adriane Lopes, solicitando a limpeza e manutenção da praça pública localizada na avenida Manoel da Costa Lima, no trevo do Imbirussu, no bairro Guanandi I (Prot. nº 02312/2022). Indico à Mesa, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo à prefeita de Campo Grande, Adriane Lopes, solicitando Operação Tapa-Buraco na rua do Piano, em torno do Parque Ecológico Guanandi II (Prot. nº 02311/2022). Indico à Mesa, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, senhor Reinaldo Azambuja, solicitando a reforma da ponte do assentamento Estrela, na região de Jaraguari (Prot. nº 02310/2022). Indico à Mesa, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo à prefeita de Campo Grande, Adriane Lopes, solicitando a manutenção da boca de lobo na rua Tulio Alves Quito, nº6, no Guanandi (Prot. nº 02318/2022). Indico à Mesa, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste



Poder Legislativo à prefeita de Campo Grande, Adriane Lopes, solicitando a limpeza da margem do córrego Anhanduizinho e a poda das árvores que estão na margem do mesmo (Prot. nº 02319/2022). Indico à Mesa, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo à Prefeita de Campo Grande, Adriane Lopes, solicitando a instalação de uma academia ao ar livre na praça pública Artemizia da Silva Lima, no bairro Guanandi I, entre a avenida Manoel da Costa Lima e a rua Amiute (Prot. nº 02320/2022). Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Governador do Estado, senhor Reinaldo Azambuja, ao secretário de estado de Infraestrutura, senhor Renato Marcílio da Silva, e ao prefeito da cidade de Jaraguari, Edson Nogueira, solicitando a construção de uma ponte de concreto no assentamento Estrela, que liga Campo Grande a Jaraguari (Prot. nº 02321/2022). Quatro indicações, um requerimento e uma moção de apoio, de autoria do deputado Capitão Contar. Indico à Mesa Diretora, nos termos regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do Estado de Mato Grosso do Sul, senhor Reinaldo Azambuja Silva, com cópia ao secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antonio Carlos Videira, e ao comandante-geral da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul, coronel Marcos Paulo Gimenez, solicitando estudos para a criação do quadro de militares adaptados da PMMS (Prot. nº 02313/2022). Indico à Mesa Diretora, nos termos regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado de Mato Grosso do Sul, senhor Reinaldo Azambuja, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura, senhor Renato Marcílio da Silva solicitando, em caráter de urgência, solicitando a melhoria no acesso às fazendas situadas no Pantanal sul-mato-grossense, nos termos abaixo descritos (Prot. nº 02314/2022). Indico à Mesa Diretora, nos termos regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado de Mato Grosso do Sul, senhor Reinaldo Azambuja Silva, com cópia à secretária de estado de Educação, senhora Maria Cecilia Amendola da Motta, solicitando estudos para alteração do artigo 54, IV, da Lei Complementar nº 87/2000 (Prot. nº 02315/2022). Indico à Mesa Diretora, nos termos regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita de Campo Grande, senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, com cópia ao diretor-presidente da Fundação Municipal de Esportes, senhor Odair Serrano de Oliveira, solicitando a instalação de equipamentos de calistenia na Praça da Orta, localizada entre as Ruas Firmo Cristaldo, Amambaí e Lino Vilhacha, no Bairro Nova Lima (Prot. nº 02316/2022). Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, a reserva do Plenário Julio Maia, para realização de audiência pública com o tema "Conscientização sobre a Carga Tributária", no dia 13 de julho de 2022, das dezenove às vinte e uma horas (Prot. nº 02324/2022). Requeiro à Mesa Diretora, nos termos regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada a presente moção de apoio aos policiais militares de Mato Grosso do Sul (Prot. nº 02317/2022). Um requerimento, de autoria do deputado Evander Vendramini. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao STQPBM Paulo Negrete Barba, lotado no Quartel Tijuca - 1º GBM, nesta capital, como forma de reconhecimento aos relevantes serviços prestados. Na data 31 de maio de 2022, ele salvou a vida de um recém-nascido em



ocorrência de obstrução de vias aéreas por corpo estranho (Prot. nº 02309/2022). Uma moção de pesar, de autoria do deputado João Henrique. Requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de pesar aos familiares da senhora Nazha Melke Buainain, que faleceu no dia 27 de junho de 2022 (Prot. nº 02351/2022). Um requerimento, de autoria da deputada Mara Caseiro. Requeiro à Mesa, em consonância com as disposições regimentais do artigo 173, XIX, após ouvido o colendo Plenário, que seja feita a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia, para realização de audiência pública sobre o tema "Espaços de Poder, Lugar Para Todos (Prot. nº 02322/2022). Uma indicação, de autoria do deputado Marcio Fernandes. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais desta Casa, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita de Campo Grande, Adriane Barbosa Nogueira Lopes, e ao senhor Rudi Fiorese, secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, solicitando a melhoria de iluminação pública e substituição de luminárias dos postes localizados na rua General Bertoldo Klinger, nºs 664 e 700, bairro Nossa Senhora das Graças, nesta Capital (Prot. nº 02323/2022). Uma indicação e um projeto de lei, de autoria do deputado Neno Razuk. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado de Mato Grosso do Sul, senhor Reinaldo Azambuja, com cópia ao secretário de estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (Semagro), senhor Jaime Elias Verruck, solicitando a aquisição de uma motoniveladora para atender a área rural do município de Aparecida do Taboado (Prot. nº 02357/2022). Projeto de lei que dispõe sobre a responsabilização administrativa em caso de eventual quebra do sigilo de informações acerca do nascimento e do processo de entrega direta de bebês para adoção por pessoas gestantes no estado de Mato Grosso do Sul (Prot. nº 02350/2022). Duas moções de congratulação e uma indicação, de autoria do deputado Paulo Corrêa. Requeiro à Mesa Diretora, conforme os termos regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao delegado-titular da Delegacia de Polícia de Ribas do Rio Pardo, doutor Bruno Santacatharina Carvalho de Lima, e aos investigadores de Polícia Judiciária, Danilo da Silva Porto, Christoffer Jamesson da Silva e Fernando Pereira de Paula e Silva (Prot. nº 02340/2022). Requeiro à Mesa Diretora, conforme os termos regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao comandante do Pelotão da Polícia Militar de Ribas do Rio Pardo, tenente Gabriel de Oliveira Martins, aos soldados PM Julimar da Silva Teodoro e Wislei Luiz Delmondes Taira (Prot. nº 02339/2022). Indico à Mesa Diretora, conforme os termos regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Reinaldo Azambuja Silva, governador do estado, com cópia ao senhor Renato Marcílio, secretário de estado de Infraestrutura, pleiteando as providências necessárias para a implantação de uma rotatória na rodovia MS-386, no trecho que liga Amambai a Ponta Porã, entrada do Residencial Analy, localizado na saída do município de Amambai (Prot. nº 02341/2022). Sete indicações e dois requerimentos, de autoria do deputado Pedro Kemp. Indico à Mesa, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Ricardo Ayache, presidente do Conselho de Administração da Caixa de Assistência dos Servidores do Estado de Mato Grosso do Sul (Cassems), solicitando estudos no sentido de possibilitar que os servidores aposentados sob o



regime celetista com proventos vinculados ao INSS, das extintas empresas públicas de Mato Grosso do Sul (Empaer, Prodasul, Agrosul, Codems), sejam admitidos quando da aposentadoria, nas mesmas condições do plano de saúde de quando da condição ativa de vínculo com o estado (Prot. nº 02363/2022). Indico à Mesa, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Eduardo Pereira Romero, secretário de estado de Cidadania e Cultura, no sentido de realizar estudos para iniciar o processo de registro de bens históricos, artísticos e culturais, de natureza imaterial, como a Estação Ferroviária, o Pátio da Estação e o Armazém Cultural, localizados na Esplanada Ferroviária no município de Campo Grande, na forma prevista na Lei Estadual nº 3.522/2008, que dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico, artístico e cultural de nosso estado (Prot. nº 02356/2022). Indico à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Rudi Fiorese, secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, solicitando a manutenção da calçada da rua Catiguá, no bairro Colibri, em Campo Grande (Prot. nº 02361/2022). Indico à Mesa Diretora, após ouvido o colendo plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Rudi Fiorese, secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, solicitando a limpeza da calçada que dá acesso à Ponte da Rua Catiguá, no bairro Colibri (Prot. nº 02362/2022). Indico à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder à senhora Maria Cecília Amendola da Motta, secretária de estado de Educação, solicitando estudos no sentido de melhorar a rede de internet disponibilizada para as escolas das aldeias indígenas e assentamentos, onde o sinal é fraco (Prot. nº 02360/2022). Indico à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Rudi Fiorese, secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande, solicitando Operação Tapa-Buraco na rua Humberto Fernandes Lino, esquina com a Rua João Scarano, no bairro Jardim Colibri (Prot. nº 02358/2022). Indico à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Rudi Fiorese, secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, solicitando a realização da Operação Tapa-Buraco na rua Humberto Fernandes Lino, no cruzamento com a rua Maina, Bairro Jardim Colibri (Prot. nº 02359/2022). Requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder para redesignação para a Sessão Ordinária do dia 29 de junho de 2022, para o uso da tribuna, pelo senhor Elias Ferreira de Vasconcelos Júnior (Prot. nº 02325/2022). Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, após ouvido o colendo plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à senhora Maria do Carmo Avesani Lopez, diretora-presidente da Agência de Habitação Popular de Mato Grosso do Sul (Agehab), solicitando as informações abaixo descritas (Prot. nº 02306/2022). Duas indicações e um requerimento, de autoria do deputado Renato Câmara. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Reinaldo Azambuja, e ao secretário de estado de Infraestrutura, senhor Renato Marcilio da Silva, solicitando a construção de uma rampa de embarque e desembarque de barcos na ponte de concreto que está em construção na rodovia MS-274, sobre o Rio Dourados, no trecho que liga Porto Vilma, no



município de Deodópolis, à Vila Macaúba, no município de Dourados (Prot. nº 02308/2022). Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Reinaldo Azambuja, e ao secretário de estado de Infraestrutura, senhor Renato Marcílio da Silva, solicitando a construção de uma rampa de embarque e desembarque de barcos na ponte de concreto que está em construção na rodovia MS-274, sobre o rio Dourados, no trecho que liga Porto Vilma, no Município de Deodópolis, à vila Macaúba no Município de Dourados (Prot. nº 02308/2022). Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais desta Casa, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Reinaldo Azambuja, e à secretária de estado de Educação, senhora Maria Cecília Amendola da Motta, solicitando a cobertura da quadra poliesportiva da Escola Estadual Barão do Rio Branco, no município de Douradina (Prot. nº 02307/2022). Requeiro à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja autorizado o uso da tribuna na sessão do próximo dia 30 de junho de 2022 (quinta-feira), presencialmente, pela doutora Patrícia Cozzolino Oliveira, defensora pública-geral, que discorrerá acerca da comemoração dos quarenta anos da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul (Prot. nº 02336/2022). Indico à Mesa, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao secretário de estado de Governo e Gestão Estratégica, senhor João Eduardo Barbosa Rocha, aos deputados federais e senadores, representantes de Mato Grosso do Sul na Câmara dos Deputados e Senado Federal, solicitando a ação conjunta visando à aquisição e destinação de trinta computadores, três impressoras para equipar a sala de tecnologia educacional da Escola Estadual 04 de Abril, no Município de Sete Quedas (Prot. nº 02326/2022). Indico à Mesa, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao secretário de estado de Governo e Gestão Estratégica, senhor João Eduardo Barbosa Rocha, solicitando a aquisição de equipamentos para atender às necessidades da Escola Estadual Arcênio Rojas, no município de Caarapó (Prot. nº 02327/2022.) Encerrado o Pequeno Expediente...

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Pela ordem, Senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Vossa Excelência não está inscrito no Pequeno Expediente. Posso colocar sobre a mesa?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Com certeza. Achei que eu estivesse inscrito, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como Vossa Excelência começou a ler, tenho que ceder à vontade do líder do PSDB.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Obrigado. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação à atleta Érica Ferreira Chalés, pela conquista do título de vice-campeã do Campeonato Brasileiro da Confederação



Brasileira de Jiu-Jitsu Esportivo, no Estado do Rio de Janeiro. A moção deverá ser redigida nos seguintes termos: A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, legítima representante dos anseios da sociedade, por iniciativa do deputado Professor Rinaldo, congratula-se com a atleta campograndense Érica Ferreira Chalés, pela conquista do título de vice-campeã do campeonato brasileiro, evento em nível nacional e muito concorrido na categoria de até sessenta e nove quilos, que aconteceu no Estado do Rio de Janeiro, no mês de junho do corrente ano. Oportuno registrar, deputado Paulo, que a atleta Erica Ferreira Sherés iniciou sua trajetória no esporte aos doze anos, através de um projeto social no bairro Jardim Noroeste, e desde então se dedica de maneira intensa e com muita paixão a esse esporte, colhendo bons frutos, dignificando todos os esportistas de Mato Grosso do Sul. Por último, apresento uma moção de pesar. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares da senhora Isaura de Barros Lira, pelo seu falecimento. Ela estava com noventa e quatro anos, foi minha vizinha no município de Fátima do Sul e deixou um grande legado a sua trajetória de vida.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Encerrado o Pequeno Expediente. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Coronel David. Transferida. Com a palavra, o deputado Felipe Orro. Transferida. Com a palavra, a deputada Mara Caseiro. Transferida. Com a palavra, o deputado Evander Vendramini. Transferida. Com a palavra, o deputado Amarildo Cruz. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Barbosinha. Transferida. Encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Nesse acordo de lideranças, no quinto ano da revisão, nós estamos tendo condição de fazer o teto remuneratório da Assembleia Legislativa ficar exatamente dentro da lei, porque do jeito que está ele não está fixado. Cabe ao presidente da Assembleia e à Mesa Diretora encaminhar a revisão do teto de gastos que nós estamos aprovando para os próximos cinco anos. Todos os outros Poderes encaminharam a revisão e nós estamos encaminhando pela Casa. São funcionários efetivos e aposentados da Assembleia Legislativa que têm direito ao teto remuneratório de 90,25% do que ganha o ministro do Supremo Tribunal Federal. Para ficarmos estritamente dentro da lei, qualquer funcionário da Casa só pode ganhar até o teto de 90,25%. Algumas pessoas interpretaram diferente, mas nós não estamos dando aumento para ninguém, estamos nos readequando ao teto, e por isso é necessário fazer um Termo de Acordo de Líderes. Consulto o deputado Londres Machado, líder do G10. Vossa Excelência está de acordo?

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Senhor Presidente, sou favorável e pode usar o meu nome para assinar e dar o quórum devido.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Consulto o líder do G09, deputado Marcio Fernandes.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — De acordo.



PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Posso colocá-lo como coautor, deputado?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Pode sim, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Consulto o líder do Bloco G05, deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sou favorável e me coloco à disposição para ser um dos signatários.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Consulto a líder do governo, deputada Mara Caseiro. Não estando presente, consulto o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — De acordo.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Consulto o deputado Barbosinha.

DEPUTADO BARBOSINHA (PP) — De acordo.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Posso colocá-lo como coautor?

DEPUTADO BARBOSINHA (PP) — Com certeza.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Consulto o deputado Gerson Claro.

DEPUTADO GERSON CLARO (PP) — De acordo. Pode me colocar como coautor.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Consulto o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Presidente, eu estava fora, qual é o assunto?

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Estamos fazendo acordo de lideranças para votarmos o teto remuneratório da Assembleia Legislativa, adequando-o à legislação federal que nos permite fazer a revisão.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — De acordo. Eu gostaria de saber se está tramitando um projeto na Assembleia que impede o técnico agrícola de assinar receituário para agricultura.



PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Não sei, deputado, vou consultar a nossa assessoria. Posso colocar o deputado Antonio Vaz como coautor?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — De acordo, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Consulto o deputado Jamilson Name.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Bom dia, senhor presidente. Eu gostaria de registrar a presença do meu amigo, companheiro do presidente do Podemos, Sérgio Murilo, que está acompanhando a Sessão.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Seja bem-vindo à nossa Sessão.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — De acordo, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Consulto o deputado Evander Vendramini.

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI (PP) — De acordo.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Consulto o deputado Neno Razuk.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — De acordo, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Consulto o deputado Herculano Borges.

DEPUTADO HERCULANO BORGES (Republicanos) — De acordo.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Feito o acordo de líderes. Aprovado. Passemos ao Item 1. Mensagem do Poder Executivo. "Acrescenta e altera a redação de dispositivos da Lei Complementar nº 127, de 15 de maio de 2008, nos termos que especifica". Senhores deputados, é necessário manter o quórum para que a gente possa fazer a votação. Temos duas emendas constitucionais. Nesse caso, a Comissão de Segurança Pública e Defesa Social terá que proferir o seu parecer em plenário. O deputado Coronel David está com um problema pessoal e quem assume o seu lugar é o deputado Marçal Filho. Como vota o deputado Marçal Filho?

DEPUTADO MARÇAL FILHO (PP - Comissão de Segurança Pública e Defesa Social) — Voto sim. Passo a coletar os votos daqueles que fazem parte da Comissão da Segurança Pública.



DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — O deputado Coronel David está presente?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Peço desculpas, deputado Marçal Filho. Passo a presidência ao deputado Coronel David que está passando por um momento difícil. Receba o nosso apoio e solidariedade. A Casa toda está consternada, mas estamos rezando pela Aninha.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL - Presidente da Comissão de Segurança Pública e Defesa Social) — Esse é um projeto de lei que trata da autorização do governo do estado na ampliação de funções de comando e subcomando em diversas unidades da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros que não foram feitas na época da votação da lei da reestruturação, mas agora, depois de um amplo estudo feito pelo Comando da Polícia Militar e pelo Comando do Corpo de Bombeiros, o governo remete a esta Casa, por uma questão de justiça aos policiais militares, bombeiros militares, oficiais e praças que comandam unidades e subunidades da Polícia Militar e dos Bombeiros, e exercem funções relevantes dentro das duas instituições. O parecer é pelo acolhimento e pela tramitação normal da matéria. Passo a coletar o voto dos senhores deputados membros da comissão. Como vota o deputado Barbosinha?

DEPUTADO BARBOSINHA (PP - membro da Comissão de Segurança Pública e Defesa Social) — Bom dia, deputado Coronel David. Desejo melhoras à sua esposa e acompanho o voto de Vossa Excelência.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL - presidente da Comissão de Segurança Pública e Defesa Social) - Como vota o deputado Capitão Contar?

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR (PRTB - membro da Comissão de Segurança Pública e Defesa Social) — Acompanho o voto de Vossa Excelência.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL - Presidente da Comissão de Segurança Pública e Defesa Social) — Senhor presidente, eu preciso da ajuda do senhor na composição desta comissão para que eu possa coletar os votos. Como vota o deputado Marçal Filho?

DEPUTADO MARÇAL FILHO (PP - membro da Comissão de Segurança Pública e Defesa Social) — Voto sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL - presidente da Comissão de Segurança Pública e Defesa Social) — Como vota o deputado Amarildo Cruz?



DEPUTADO AMARILDO CRUZ (PT - membro da Comissão de Segurança Pública e Defesa Social) — Voto sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL - presidente da Comissão de Segurança Pública e Defesa Social) — Encerrada a votação. Tendo o parecer aprovado pela Comissão de Segurança Pública, retorno a Vossa Excelência.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Tendo o parecer favorável, coloco em votação e colho.

Projeto de Lei Complementar nº 05/2022, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Primeiro-Secretário — deputado Zé Teixeira (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Herculano Borges (Republicanos).

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Amarildo Cruz?

DEPUTADO AMARILDO CRUZ (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Barbosinha?

DEPUTADO BARBOSINHA (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Capitão Contar?

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Coronel David?



DEPUTADO CORONEL DAVID - (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Evander Vendramini?

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Herculano Borges?

DEPUTADO HERCULANO BORGES (Republicanos) — Voto sim. E já solicito que Vossa Excelência me libere para representar a Casa num evento de mountain bike na Governadoria.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Por favor, nos represente e dê um abraço no prefeito Josinei. Como vota o deputado Felipe Orro? Como vota o deputado Gerson Claro?

DEPUTADO GERSON CLARO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado João Henrique? Como vota o deputado Lidio Lopes? Como vota o deputado Londres Machado? Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Marçal Filho?

DEPUTADO MARÇAL FILHO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Paulo Duarte?

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Renato Câmara? Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Peço licença para votar sim, também. Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Duarte - PSB) — Senhor Presidente, são dezoito votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 2. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Emenda Constitucional nº 03/2022. Autor: Poder Executivo. Mensagem nº 27/2022. "Acrescenta o artigo 8º-A à Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos que especifica". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Paulo Duarte. Em discussão... Encerrada discussão. Em votação. Passo a coletar os votos dos senhores deputados.

Projeto de Emenda Constitucional nº 03/2022, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Primeiro-Secretário — deputado Zé Teixeira (PSDB).



Segundo-Secretário — deputado Paulo Duarte (PSB).

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Amarildo Cruz?

DEPUTADO AMARILDO CRUZ (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Barbosinha?

DEPUTADO BARBOSINHA (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Capitão Contar?

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Coronel David? Como vota o deputado Evander Vendramini?

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Gerson Claro?

DEPUTADO GERSON CLARO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Herculano Borges? Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Lucas de Lima?



DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota a Deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Marçal Filho?

DEPUTADO MARÇAL FILHO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Paulo Duarte?

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Pela ordem, Senhor Presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Em tempo. Como vota o deputado Renato Câmara?



DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Peço licença para votar sim, também. Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Duarte - PSB) — Senhor Presidente, são dezoito votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 3. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 149/2022. Autor: Poder Executivo. Mensagem nº 28/2022. "Altera a redação do inciso V, do parágrafo 3º, do artigo 3º, da Lei nº 5.478, de 18 de dezembro de 2019, na forma que menciona". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Professor Rinaldo. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Passo a coletar os votos dos senhores deputados.

Projeto de Lei nº 149/2022, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Primeiro-Secretário — deputado Zé Teixeira (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Paulo Duarte (PSB).

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Amarildo Cruz?

DEPUTADO AMARILDO CRUZ (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Barbosinha?

DEPUTADO BARBOSINHA (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Capitão Contar?

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR (PRTB) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Coronel David? Como vota o deputado Evander Vendramini?

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Gerson Claro?

DEPUTADO GERSON CLARO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Herculano Borges? Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Londres Machado? Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Marçal Filho? Em tempo, como vota o deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Marçal Filho? Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Paulo Duarte?

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Marçal Filho?



DEPUTADO MARÇAL FILHO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Peço licença para votar sim, também. Encerrada a votação. Solicito o resultado da mesma ao segundo-secretário, deputado Paulo Duarte.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Duarte - PSB) – Senhor presidente, são dezenove votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 4. Projeto de Lei nº 150/2022. Autor: Poder Executivo. Mensagem nº 29/2022. "Altera a redação e acrescenta dispositivo à Lei Estadual nº 3.344, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e ocupação das faixas de domínio das rodovias estaduais e das federais, delegadas ao Estado de Mato Grosso do Sul". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Evander Vendramini. Em discussão. Encerrada a discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 150/2022, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Primeiro-Secretário — deputado Zé Teixeira (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Paulo Duarte (PSB).



PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Amarildo Cruz?

DEPUTADO AMARILDO CRUZ (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Barbosinha?

DEPUTADO BARBOSINHA (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Capitão Contar?

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Coronel David? Como vota o deputado Evander Vendramini?

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Gerson Claro?

DEPUTADO GERSON CLARO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Herculano Borges? Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Marçal Filho? Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Paulo Duarte?

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Pedro Kemp? Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Peço licença para votar sim.

DEPUTADO MARÇAL FILHO (PP) — Senhor presidente, pela ordem.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Em tempo, como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota deputado Marçal Filho?

DEPUTADO MARÇAL FILHO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Encerrada votação. Solicito o resultado da mesma ao segundo-secretário, deputado Paulo Duarte.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Duarte - PSB) — Senhor presidente, são dezenove votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 5. Projeto de Lei nº 157/2022. Autor: Poder Judiciário. Ofício nº 168-0-073-0044-2022. "Altera o artigo 104, da Lei nº 3.310, de 14 de dezembro de 2006". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Gerson Claro. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 157/2022, de autoria do Poder Judiciário.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Primeiro-Secretário — deputado Zé Teixeira (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Paulo Duarte (PSB).

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota deputado Amarildo Cruz?

DEPUTADO AMARILDO CRUZ (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Barbosinha?

DEPUTADO BARBOSINHA (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Capitão Contar?



DEPUTADO CAPITÃO CONTAR (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Evander Vendramini?

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Gerson Claro?

DEPUTADO GERSON CLARO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Marçal Filho?

DEPUTADO MARÇAL FILHO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Paulo Duarte?

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Pedro Kemp? Como vota deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Peço licença para também votar sim. Encerrada a votação. Solicito o resultado da mesma ao segundo-secretário, deputado Paulo Duarte.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Duarte - PSB) — Senhor presidente, são dezesseis votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 6. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 182/2022. Autor: Poder Executivo. "Acrescenta dispositivo ao artigo 156, da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Poder Executivo, das autarquias e das fundações públicas do estado de Mato Grosso do Sul". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o Deputado Gerson Claro. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 182/2022, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Primeiro-secretário — deputado Zé Teixeira (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Paulo Duarte (PSB).



PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Amarildo Cruz?

DEPUTADO AMARILDO CRUZ (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Barbosinha?

DEPUTADO BARBOSINHA (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Capitão Contar?

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Evander Vendramini?

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Gerson Claro?

DEPUTADO GERSON CLARO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota a deputada Mara Caseiro?



DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Marçal Filho?

DEPUTADO MARÇAL FILHO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Paulo Duarte?

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Pedro Kemp? Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Renato Câmara? Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Peço licença para votar sim, também. Encerrada a votação. Solicito o resultado da mesma ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Duarte - PSB) — Senhor presidente, são dezessete votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Item 7. Em discussão única e votação simbólica. Três requerimentos, sete indicações, seis moções de congratulação. Requerimento do Deputado Pedro Kemp. Redesignação da Sessão Ordinária de 29 de junho de 2022 para uso da tribuna. Tem um requerimento para a Mesa Diretora, do deputado Capitão Contar, para realização de audiência pública com o tema "Conscientização Sobre Carga Tributária". O primeiro não vai ser colocado em votação por motivo regimental. O segundo está colocado em votação.



DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Senhor presidente, pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Gostaria de colocar em destaque um requerimento que apresentei hoje à Mesa Diretora, pedindo a tribuna para a doutora Patrícia, defensora pública-geral do estado, na quinta-feira.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Vossa Excelência apresentou hoje?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim, para que seja votado hoje.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Deputado, quando se apresenta hoje é votado amanhã.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Mas eu estou pedindo a Vossa Excelência para que seja colocado em destaque, para dar tempo de ter a palavra na quinta-feira.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Eu tenho que consultar o plenário.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Ok.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Primeiramente vamos votar primeiro o que temos aqui: um requerimento, sete indicações, seis moções de congratulação, acrescido do requerimento do Deputado Capitão Contar, pedindo uma audiência pública sobre carga tributária e conscientização no dia 13 de julho de 2022, das dezenove às vinte e uma horas. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Solicito licença ao Plenário para colocar em votação o requerimento de autoria do deputado Renato Câmara, que solicita o uso da tribuna para Patrícia Cozzolino, defensora pública-geral do estado de Mato Grosso do Sul, para a próxima quinta-feira. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Vai ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Pela ordem, Senhor Presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Pela ordem, Deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Eu queria me inscrever nas Explicações Pessoais.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Está inscrito, deputado. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Barbosinha. Transferida. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Vossa Excelência disporá de dez minutos para o seu pronunciamento. Passo a presidência ao deputado Neno Razuk, nosso vice-presidente.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB - sem revisão do orador) — Bom dia, Senhor Presidente e senhores deputados. Eu faço uso da palavra para lamentar o episódio ocorrido no município de Amambai. Através de noticiário, fiquei sabendo da morte de um indígena e assisti muitas colocações de forças políticas, algumas dentro da legalidade, outras não. Eu sou vítima desse assunto e lamento porque há mais de vinte anos tenho uma propriedade invadida. Já houve julgamento do Supremo Tribunal Federal, foi emulada uma portaria emitida nessa região que não é só minha, mas de vinte e seis produtores rurais, inclusive alguns com cinco hectares. Foi transitado e julgado em 2016, e agora vem a conversa de abrir o processo novamente para ver se houve alguma divergência no julgamento, apesar de o Ministro Fux ter dito que o que Supremo decide, não se conversa. Eu lamento porque houve uma invasão em Amambai e ninguém sabe onde vai parar, porque parece-me que há um movimento orquestrado por ONGs e pelo Conselho Missionário Indigenista, insuflando esse tipo de invasão. Temos notícia de que será invadida uma propriedade rural particular em Coronel Sapucaia, na próxima semana. Essa situação me deixa muito triste, principalmente para quem é dono de fato, de direito e tem o seu documento. Enquanto a terra não for homologada e declarada patrimônio da União, se o índio entra, considera-se uma invasão. Se nós fizermos o contrário, invadirmos uma reserva, vai acontecer a mesma coisa, a Justiça Federal terá que tomar providências, porque de acordo com a Constituição Federal, invadir propriedade privada é descumprir a lei. Então, eu vi com muita tristeza e o mais lamentável foi a perda de uma vida indígena. De qualquer forma, quero enaltecer a polícia do estado de Mato Grosso do Sul, que foi acionada e por ter cumprido a lei, foi recebida a tiros, já que os invasores estavam armados. Estão internadas, no hospital de Amambai, duas pessoas feridas e o prefeito Bandeira está preocupado porque assinou um TAC e o produtor rural permitiu que o indígena fosse sepultado dentro da propriedade invadida. Segundo o prefeito, quando o próprio dono não questiona e aceita, eles invadem novamente. No meu ponto de vista e baseado na conversa nacional e internacional de ONGs que nem conhecem a situação brasileira, de fato, eu acho que o governo federal deveria tomar providências, porque está tramitando e sendo discutido no Congresso Nacional e no STF, o marco temporal, mas demora vinte, trinta anos para dizer qual é o direito do setor produtivo, se a propriedade vale a compulsão ou não, porque a invasão é um desrespeito à Constituição. Agora, não dá para o estado assistir passivamente a invasão de qualquer propriedade privada, seja por indígena, por quilombola, por branco, por sem-terra ou por qualquer pessoa. Eu lamento o que houve, sinto profundamente a perda dos indígenas, não queria tocar nesse assunto porque eu e mais vinte e cinco produtores



rurais já fomos agredidos na região de Caarapó. Isso é uma onda orquestrada por vários segmentos da sociedade que nem conhecem o Brasil, mas estão interferindo na soberania brasileira, dando apoio para que haja essas invasões feitas por indígenas, como é o caso das cento e vinte e três propriedades privadas no Mato Grosso do Sul. Nós temos que caminhar numa direção para pacificar os indígenas, legalizar e dar legitimidade da propriedade privada, porque da forma como está, fica muito difícil conviver sem segurança jurídica neste país. O setor de trabalho e produtos é que sustenta este país de pé, é quem gera riqueza, é quem produz comida e sustenta o PIB nacional. Era isso que eu tinha para colocar. Quero também enaltecer a polícia do nosso estado, uma das mais bem avaliadas do país, e dizer que o que os policiais fizeram foi simplesmente cumprir a ordem para que o país, o estado e o município de Amambai pudessem manter o direito de cada cidadão, tanto do branco como do indígena, porque invadir é crime e contra a lei. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Neno Razuk - PL) — Gostaria de registrar a presença do vereador Carlinhos, que está representando Aparecida do Taboado. Com a palavra, nas Explicações Pessoais, o deputado Amarildo Cruz.

DEPUTADO AMARILDO CRUZ (PT) — Bom dia, senhor presidente, colegas deputados e todos que acompanham esta Sessão. É sempre motivo de muita tristeza subir na tribuna para discutir essa questão dos conflitos por terra, sejam por demarcação ou por reintegração, que sempre expõem um setor muito frágil da nossa sociedade que são os nossos irmãos indígenas. Isso faz parte da nossa indignação, não podemos nos conformar de ver esses episódios acontecerem e tratar isso como se isso não fosse nada. Acho que aqui no Parlamento temos que discutir essa questão com profundidade, tomar medidas, providências, averiguar o exagero do uso de força inadequada, discutir as condições extremamente frágeis que vivem os nossos irmãos indígenas, principalmente na fronteira, divisa com o Paraguai. Nós sabemos da realidade que acontece naquela região, como pobreza, drogas, bebidas, condições subumanas, total falta de valorização da cultura dos próprios indígenas, preconceito, mão de obra barata e tudo de ruim que se concentra ali. Nós discutimos aqui o papel do estado com relação a todos os segmentos da nossa sociedade. O papel do estado, Unidade Federativa Mato Grosso do Sul, tem a obrigação de discutir neste Parlamento, principalmente, o que está relacionado aos indígenas, aos povos originários de Mato Grosso do Sul, uma vez que temos aqui no nosso estado a segunda maior nação indígena. Esse episódio nos entristece por conta de ter ocorrido violência e morte, pois nada justifica matar uma pessoa. Precisa ser averiguado quais foram as circunstâncias que isso ocorreu. Ninguém aqui está fazendo juízo de valor, mas eu, o deputado Pedro Kemp e o deputado Vander Loubet estivemos cobrando ontem, em uma audiência pública, esclarecimentos a respeito dessa questão para saber se foi reintegração de posse, se houve uso exagerado de forças, se houve execução ou não. Tem um vídeo circulando no mundo inteiro, não só em Mato Grosso do Sul, mostrando que aquilo é execução, mas é necessário averiguar se esse vídeo é fake, se foi editado, ou não. A Segurança Pública do nosso estado tem condição de fazer uma perícia nesse vídeo e verificar a sua veracidade, o que realmente ocorreu, se foi a força do estado que matou, ou não. Para isso, nós temos a legislação, temos a força policial, temos o Judiciário, para

saber se houve exagero ou se foi uma questão de legítima defesa. No vídeo que circula na internet, parece que não é isso, pois a pessoa está deitada no chão, imobilizada, tem três ou quatro policiais, mas não sei se é referente a esse episódio, por isso nós fomos pedir ao governador para fazer uma perícia sobre esse caso e sobre a circunstância que vitimou o indígena em Amambai. Eu estou aqui repercutindo as providências porque nós do Partido dos Trabalhadores fazemos a defesa desses povos de maneira concreta e pedimos do estado um tratamento adequado, pedimos respeito à cultura, pedimos políticas públicas para que os povos indígenas, os povos originários sejam respeitados, valorizados e cuidados. Por conta disso, obviamente, nós somos cobrados, não só pelos indígenas, mas pelas pessoas que têm a mesma preocupação, a mesma visão que a gente defende publicamente. Eu recebi telefonemas de órgãos ligados à defesa dos povos indígenas, assim como os deputados Pedro Kemp e Vander Loubet, que lutam muito, têm uma identificação nas suas atuações parlamentares na defesa dos povos originários. Essa bandeira não é de A de B de C, essa bandeira é das pessoas de bem, é das pessoas que têm solidariedade no coração, que têm humanidade, que enxergam o índio, no branco, no preto, no azul, no amarelo. Por conta disso, a gente tem sido demandado e fomos pedir ao governador uma audiência para discutir essa questão. Nós apresentamos aqui um requerimento encaminhado ao Executivo, para que seja formalmente respondido e possamos repassar as informações à sociedade. O requerimento diz o seguinte. "Considerando a ocorrência do dia 24 de junho, em Amambai, na fazenda Borda da Mata, que segundo os relatos contou com a efetiva participação da Polícia Militar, viaturas e helicópteros; considerando que a requerida incursão da força policial resultou em diversos indígenas alvejados e mortos; considerando que a segurança pública é dever do estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública, das prerrogativas da cidadania e da incolumidade das pessoas e do patrimônio por meio dos órgãos subordinados ao governador do estado; considerando a necessidade de abertura de diálogo nas negociações envolvendo comunidades indígenas, evitando dessa forma o perecimento de vidas, a presente requer: 1º - A apuração no conflito ocorrido em Amambai; 2º - A realização de perícia em vídeo que circula na internet registrando possível execução de indígena; 3º - Apuração de denúncia de execução contra indígenas; 4º - Se havia autorização judicial para a efetivação da ação em questão; 5º - Se afirmativo, enviar cópia da autorização; 6º - Sob qual justificativa foi utilizado o contingente policial? 7º - Qual a justificativa para utilização de aeronave e helicóptero, no referido evento?"

DEPUTADO BARBOSINHA (PP) — Permita-me um aparte, deputado?

DEPUTADO AMARILDO CRUZ (PT) — Só um segundinho, deputado. Esse requerimento é para que a gente possa obter informações e esclarecimentos sobre o que ocorreu nesse episódio, para que possamos passar para a sociedade a versão oficial do governo do estado, que é responsável pela segurança pública. Pois não, deputado Barbosinha.

PRESIDENTE (deputado Neno Razuk - PL) — Deputado Barbosinha, o tempo do nosso caro colega se encerrou, mas creio que podemos estender mais um pouquinho para que o senhor possa se pronunciar.

DEPUTADO BARBOSINHA (PP) — Eu agradeço, deputado Neno Razuk, pela concessão do aparte e por trazer esse assunto ao plenário. Eu acho que a investigação é importante e necessária em qualquer circunstância, mas quero chamar a atenção para o artigo 144 da Constituição Federal, que é muito clara em dizer que a segurança pública é dever do estado, direito e responsabilidade de todos e é exercida para a preservação da ordem pública, incolumidade das pessoas e do patrimônio através das forças de segurança, policiais civis, policiais militares, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal. É evidente que não se trata de reintegração de posse, se trata de uma situação natural que ocorreu, onde determinada pessoa pede a proteção do estado. Poderia ter se dado dentro de uma reserva indígena, por ocupação por brancos, e os indígenas pediriam a presença do estado. Nesse caso específico, nós sabemos de que as lideranças de Amambai já haviam pedido apoio da Segurança Pública do estado. Quando eu era secretário de Justiça e Segurança Pública, me lembro de relatórios internos de inteligência para recrutamento de jovens indígenas para trabalhar em lavouras de maconha. Esse é um episódio grave, e temos que registrar que três policiais militares foram feridos quando o helicóptero da polícia foi alvejado por dois disparos. Isso significa que as pessoas que estavam naquele local também estavam armadas e qualquer cidadão que tenha a sua vida, a sua incolumidade física, o seu patrimônio atingido, tem que preservar a sua vida e a polícia tem por dever atuar, nos limites de sua competência, quando chamada. Obviamente que para cada ação há uma reação. Concordo com Vossa Excelência com relação à investigação e, sem dúvida nenhuma, o Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual estarão investigando, mas quero lembrar que o estado, quando é acionado, precisa atuar dentro dos estritos limites da sua competência, na preservação da vida e na preservação do patrimônio. Nós estamos fazendo uma comissão absoluta do estado, do estado nação, uma vez que os aspectos atinentes a essa questão de conflito agrário, de terras indígenas, precisa ser resolvida pelo estado. Isso não pode ser colocado nas costas dos proprietários, daqueles que legitimamente adquiriram as suas áreas. Então, eu penso que se não houver intervenção do estado, nós corremos o risco de ter pessoas invadindo casas na área urbana, sem poder reagir. Eu penso que a investigação é necessária, mas nesse caso específico, a atuação da Polícia Militar não se deu em ação de reintegração de posse. Eu penso que a investigação é necessária, mas nesse caso específico, a atuação da Polícia Militar não se deu em ação de reintegração de posse, da mesma forma que não existiu nenhuma ordem de emissão de posse para autorizar a entrada de pessoas naquela propriedade privada. Penso que a investigação é necessária, mas a atuação da Polícia Militar se deu nos estritos limites dos termos da Constituição Federal, na preservação da vida e do patrimônio. É evidente que se a Polícia Militar for confrontada, ela irá agir dentro dos limites que a Constituição outorga. Era essa a manifestação que eu gostaria de fazer nesta manhã.

PRESIDENTE (deputado Neno Razuk - PL) — Deputado Amarildo Cruz...

DEPUTADO AMARILDO CRUZ (PT) — Posso fazer uma consideração?

PRESIDENTE (deputado Neno Razuk - PL) — Pela importância do tema, vou estender pelo tempo necessário.

DEPUTADO AMARILDO CRUZ (PT) — Agradeço. Deputado Barbosinha, esse requerimento é exatamente a oportunidade que o governo tem de se manifestar formalmente. Vossa Excelência que foi secretário de Justiça e Segurança Pública do estado e tem experiência com relação a essa pasta à qual está subordinada a Polícia Militar, está adiantando o ponto de vista oficial. Então, a resposta à manifestação de dois deputados com relação a essa temática também dá oportunidade ao governo de se manifestar, formalmente, a respeito da questão, mesmo porque nós precisamos de manifestação oficial. A força policial pode ser requisitada e tem que intervir se não era reintegração de posse, se era apenas um anúncio de roubo, de violência que estava ocorrendo. Eu sei do valoroso trabalho que a Polícia Militar presta ao nosso estado, mas sei também que precisamos ter um equilíbrio para coibir qualquer tipo de exagero, tanto do lado dos indígenas, quanto do lado dos policiais. Sabemos também que os policiais, senhor presidente, estão ali representando o estado e qual é a força do estado frente à força dos indígenas. Eu acho que o ponto principal, que justifica a manifestação oficial do governo, é dar uma resposta formal para a sociedade sobre o que realmente ocorreu. Esse requerimento vai dar a oportunidade de o governo se manifestar, porque esse é um fato que repercutiu nos jornais do mundo inteiro, haja vista que o segmento das nações indígenas é bastante fragilizado e nesse momento nós não temos políticas de proteção aos povos indígenas por parte do governo federal. O presidente Bolsonaro cumpre a promessa que fez desde antes de se eleger, que não demarcaria nenhum centímetro a mais de terra em nosso país, e isso gera conflitos. O deputado Paulo Duarte me lembrou que ontem, estampado na Folha de São Paulo, o presidente da Funai, órgão responsável por cuidar dos indígenas em nosso país, nunca visitou sequer uma aldeia indígena no país durante a sua gestão. É um desastre! O estado de Mato Grosso do Sul, a unidade federativa, tem que agir, porque o governo federal, infelizmente, tem em suas pastas pessoas que fazem uma política contrária àquilo que teria que ser feito. Na verdade, na pasta do combate ao racismo, tem um racista; na pasta da Funai, tem uma pessoa contra os indígenas; na pasta do Meio Ambiente, tem uma pessoa contrária ao meio ambiente, que apoia o desmatamento ilegal, que apoia a garimpagem, que apoia tudo que existe de errado; na pasta da Saúde, tem gente que não entende e que não tem nenhum compromisso com a saúde; na pasta da segurança pública, a mesma coisa. A pasta da Educação é um capítulo à parte e vamos ter que voltar amanhã para discutir com mais profundidade, porque a deseducação do governo federal merece um destaque especial. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Neno Razuk - PL) — Não havendo mais oradores inscritos, vou encerrar a presente Sessão. Está encerrada (10h18min).